

PROJECTO

de uma

CONSTITUIÇÃO DE PORTUGAL

NO ANNO DE 1837;

Esboçado pelo

Dr. Antonio José de Lima Leitão,

Lente de Clínica Médica, Hygiene Pública e Medicina Legal da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa;
Deputado às Côrtes de 1823 por Gôa, e às Côrtes de 1826 pelo Algarve.

..... ibi hæc incondita solus
Montibus et silvis studio jactabat..... inani?
O crudeles!

Virg. Ecl. 2.



LISBOA: 1837.

Na Impr. de J. M. R. e Castro

Rua Formosa N.º 67.

Representantes Constituintes.

Pesão sobre vòs hõje, e com a maiòr das responsabilidades, os destinos e a reputação da pàtria: e melhòr ainda, pêla occasião e difficuldades, vos cabe esta expressão do que ao primeiro fundador de Roma, a quem a applicou um dos maiores gènios da antiguidade no seu

Attolens humero famamque et fata nepotum. (1)

A pàtria, que jà foi tão grande e famosa por seu poder e riquêzas, descuhindo depois pàra tão baixo empurrada pêla ignorancia e pêlo fanatismo; eil-a ahi a tendes agora ensanguentada, trespassada, empobrecida, desmoralisada pêla guerra civil que terminou, e pêlos òdios civis que durão e ameação durar e que são peiores que essa mêsmã guerra. Assim a puzerão pêlos meizados do sèculo dècimo-nôno filhos seus que, à sombra nimiamente sincera de um nome poderôso, illústre e com poucas excepções o mais benemérito, se dizião bons e que, como de acinte juntando aos antigos meios de corrupção outros meios atèlli não praticados nella, a deixàrão peidr do que estava quando tinhão o raro e infallivel poder pàra fazel-a feliz e sarar-lhe as feridas tôdas. Ella tem sido enganada, roubada, vilipendiada, e assim bàrbara e cruelmente ensinada à sua custa: oxalà que a final

(1) E aos hombros põe dos seus a fama e os fados.

Virg. En. 2.

apprenda pôra poupar-se a total ruina e a terrível des-honra; e que tôdas as administrações subsequentes vêjão na antecedente, a que me refiro, um espêlho temerôso.

Fixai os destinos desta cara e infeliz pàtria tão digna e tão susceptível da melhor sorte; por uma Constituição que tenha contra si o menor número possível de inimigos e de antipathias dentro e fora: será esta a mais duravel por que terá por si o maior número possível de amigos e de sympathias que a defendão; que a dita das nações prende-se a ordem fixa pôsto que menos bem combinada, e desampara as oscillações politicas mesmo recheadas de ideologia ainda que fôsse a mais brilhante. Exemplos disto temos nas nossas Constituições de 1822 e de 1826: a primeira era demasiadamente democrática, e a aristocracia a deitou por terra; a segunda, demasiadamente aristocrática, e pereceu às mãos da democracia; por que em nenhuma dellas havia o rasoavel equilibrio dêsses dois elementos inevitaveis na ordem social, como tôdos os tempos e povos os demonstrão. Fundado em taes princípios e factos, sem dũvida, è que Solon disse, segundo consta, que julgara haver dado a Athenas leis, não as melhores em si, mas as melhores que ella podia conservar.

Fazei-lhe uma Constituição em virtude da qual a liberdade, êsse anjo tutelar dos povos quando effectivamente impera, deixe de ser um vão nome que apenas tem percorrido os nossos aras e libado a superficie das nossas coisas em quanto a nação jaz, como sob o absolutismo, na mais servil dependencia das misteriosas repartições públicas, sem os necessários meios de instrucção, base essencial dos bons costumes

e da liberdade; sem os meios convenientemente amplos de trabalho e de subsistencia; sem o pagamento indispensavelmente regular de seus créditos e salários; sem a representação social e sem a glória que por suas posses e heroismo lhe competem. Em virtude dessa Constituição que os ministérios deixem de ser agiotadôres, e se limitem a perceber exactamente as rendas públicas e a economicamente empregar-as, que do contrario myrrhão a nação e cobrem-se de manchas de concussionários pôsto que o não sêjão; que deixem de ser focos de intriga e de desmoralisação com o fito pêlo menos de sustentar-se no poder sêja qual for a opinião verdadeira e o estado crítico da nação, servindo-lhes de fio de Ariadna no labyrintho das paixões a adherencia à sua administração sêja qual for a capacidade e a moralidade civil e politica de seus sectários, em vez de attrahirem honestamente a si os homens sisudos e entendedores e mettê-los activamente nos interesses da pátria; que não mostrem em si, por sua insipiencia, leviandade, inconsistencia, desaccôrdo e vaidade, a movediça imagem de um ou outro átomo preponderante no cahos por momentânea e fortuita aggregação de outros átomos tão brilhantemente appresentada por Milton quando disse;

. . . . *To whom these most adhere,*
He rules a moment ; (1)

Fazei-lhe uma Constituição na qual se equilibrem o mais possível e distinctamente as duas pri-

(1) E o chefe que de si em tôrno aggrega .
Por qualquer tempo mais quantia de átomos,
Nêsses instantes absoluto reina.

meiras e indestructiveis divisões dos interesses sociaes; a aristocracia e a democracia, cãda qual tomada em suas perspectivas mais salientes; mas por um modo nacional como o de adequada eleição, e em nenhum caso por arbìtrio do poder mui facil em desvairar. Equilibrem-se nella o mais possivel os ramos do poder legislativo: pãra êste fim dois sã poucos por que um sempre prepondera de muito mais; se a Câmara, eis imminente a anarquia; se o Rei, eis imminente o despotismo e mêmso a tyrannia: olhemos pãra os tempos decorridos dêsde o anno de 1820 atè ao de 1826. Sendo tres os ramos do poder legislativo, como è de rasão e experiencia que sêjão, que um sò dëlles não possa obstar os outros dois segundo succedia na Carta de 1826, pèla qual o Rei tolhia uma e outra Câmara, e qualquer das Câmaras tolhia a outra e o Rei com veto recìproco; inconveniente que ainda hõje conservão Constituições mui abalisadas em que o uso antigo e, a meu ver, pouco reflectido o introduziu e tem sancionado. Sêja nêste importantíssimo caso a rasão quem tólha pèla maneira que parêça a menos fallivel, possuindo o veto como brotado pèlo combinado juiso dos tres ramos legislativos passado por uma tenue fieira, que julgo figurada nas commissões mistas triplas que proponho. Mas, a conservar-se o veto nas Câmaras, não deve ser tirado ao Rei por que assim desapareceria tãda a sombra de equilibrio dos ramos legislativos entre si, e a anarquia ou o despotismo assomarião immediatamente.

Fazei-lhe uma Constituição pèla qual fique dotada a corõa com tãda a possivel magnificencia, com o maiõr acatamento, com plena inviolabilidade e com tãdo aquêlle poder que somente sirva pãra a felicidade

de pública, e nunca contra esta nem contra ella mesma: adornai-a com títulos de verdadeira e effectiva glòria, e livrai-a dos que a não tem, por que sò a verdade concilia veneração, e as ficções desprêso. A corôa è na terra um objecto sagrado: uma vez que recêba a mais leve profanação, a mais leve falta de respeito, deixa de ter o effeito que lhe è próprio; e melhòr fôra então pàra ella e pàra os povos que não existisse. Mas ella deve existir sempre entre nós pèla essencia immutavel dos nossos hábitos e da nossa localidade: logo, devemol-a ter, como lhe cumpre, magnífica, acatada, inviolavel, segura e poderosa. Nem com menos esmêro procurai desenvolver a ordem da successão à corôa por modo justo, facil e firme: sabeis que êste assumpto è da mais transcendente importancia pàra povos e Reis.

Fazei-lhe uma Constituição em virtude da qual cessem os ódios civis que minão continuamente a tranquillidade pública e privada; que jamais deixarão prosperar o menor tentame sôbre nacionaes melhoramentos; e que, semelhantes ao fôgo debaixo das cinzas, o qual de um momento a outro ameaça extensa conflagração se combustiveis se lhe chêgão, ameaçaõ tambem os horrôres da guerra civil e tòdos os males inherentes e consequentes a appresentarem-se-lhe proporções. E por que não, se a reacção è um effeito inevitavel da compressão no mundo physico e moral? Se pertendemos evitar que se reaja contra nós, não comprimamos: querer as causas e não querer os effeitos dellas è insustentavel absurdo, è querer o impossivel. E com que jus o provocador de uma reacção a puniria em outrem sendo ella crime de sua própria provocação e por consequencia próprio seu? Nestes

tempos entre nós a barbaridade, o desprezo, a oppressão e a impunidade, em harmonia contradictória e inconcebível, tem prolongado a revolução como de propòsito. Mas attenda-se que a fôrça vence os partidos sò por metade e que assim nunca elles morrem: leis e procedimentos em que se dem as mãos a generosidade, a justiça e a firmêza è que a final os extinguem, e atè mêsmo os fazem servir a favor da verdadeira causa pública. Que essa Constituição proporcione à nossa população uma instrucção facil e regular, e tòdos os còmmodos da vida que um pòvo tem direito a esperar e a exigir de seus mandatários; que vigie sòbre a nossa segurança e propriedade; que nos restitua a nossa glòria e preponderancia política; que desentupa tòdos os obstruidos canaes da nossa prosperidade em tòdo o âmbito da monarquia, principalmente nos districtos ultramarinos aonde ella mais desfalcada e abandonada se acha, sendo elles o grande padrão da glòria nacional e a única tábua de salvamento pàra nossa social importancia; por isso pàra os corações pervertidos que os ~~tem deixado em abandono~~ seriam uma leve pena tòdos os tormentos infernaes inventados pèla terrivelmente fecunda imaginação de Dante.

Representantes Constituintes, eu vos submêto mui respeitosamente essa sombra de projecto de uma Constituição, humilde fructo de algumas meditações pausadas e endereçadas ao bem da pàtria, pòsto que agora redigidas à pressa em rasão de molestias e de mais immediatas occupações. A vossa circumspecção o grandêza nacional de certo não a despresará sò por que vem de tão insignificante criatura como eu sou; visto sabêrdes que a Summa Sabedoria tem por vêzes an-

nunciado as mais sublimes verdades por bôccas de ignorantes e de humildes como, por exemplo, os escriptôres do Evangelho dos quaes tambem um foi do meu officio (1); é que, segundo o disse um de nossos mais illustres clàssicos e que bem podera ser um glorioso ornamento de Côrtes, (2)

Corre o Nilo espumoso ;

.....
Mas se na grã carreira, às ondas grato,
Tributo de caudaes rios acceita,
Subérbo não rejeita
Pobre feudo de incògnito regato.

(1) São Lucas, Evangelista; era médico.

(2) António Diniz da Cruz e Silva que foi chanceller da relação do Rio de Janeiro.

Advertencia.

A redacção dèste importante assumpto exigia mais tempo do que molestias e mais immediatas occupa-
ções me permittirão dar-lhe: por isso talvez ahi se
encontrem algumas incorrecções e desharmonias. Con-
tudo, persuadi-me na última leitura que podia sus-
tentar tôdos os pontos toccados, mêmso a distribuição
dèlles, e a forma da redacção: e procurarei fazel-o,
se for impugnado com o saber e decencia próprios do
objecto. Nem se me taxe de contradictório por que
proponho tão amplas modificações na Constituição de
1822 havendo protestado nas Côrtes de 1823, pelo
protesto de 2 de Junho, contra tôdas as modificações
que nellas se houvessem de fazer: devia eu então sus-
tentar uma obra nacionalmente feita, por que os meus
constituintes me havião incumbido e eu acceitado a
sustentação della; as minhas opiniões, mêmso quan-
do della variassem, nada serião contra a autoridade
da nação que era e è sempre tudo: agora a nação
admitte nella modificações indefinidas, e rasoavel-
mente as admitte por que o tempo muda e novas pre-
cisões appresenta; assim, as opiniões de seus represen-
tantes, bem como as dos particulares, podem cons-
cienciosamente entrar por ella tôda na direcção do
maior bem nacional, exacto ou presumido, à vista
das circumstancias supervenientes.



PROJECTO

de uma

CONSTITUIÇÃO DE PORTUGAL;

NO ANNO DE 1837.



TITULO I.

Bases do Direito Público Portuguez.

CAPITULO UNICO.

Disposições Geraes.

Art. 1.º — Portugal è todo o território aonde applicam-se as leis portuguezas.

Art. 2.º — E' portuguez todo o individuo;

1.º que nasceu no território de Portugal de pai portuguez, ou de pais incògnitos, ou de pai estrangeiro, declarando neste ultimo caso e legalmente que quer ser portuguez;

2.º que nasceu no Brazil em quanto este fazia parte de Portugal, logo que vier estabelecer domicilio no território portuguez, declarando legalmente que quer ser portuguez;

3.º que nasceu em paiz estrangeiro de pai portuguez, ou de mãe portugueza, logo que vier estabelecer domicilio no território de Portugal, declarando legalmente que quer ser portuguez;

4.º que ~~nascou em~~ paiz estrangeiro de pai portuguez que alli esteja em serviço de Portugal;

5.º que, sendo estrangeiro, se naturalize em Portugal.

Art. 3.º — ~~Deixa o portuguez de o ser;~~

1.º logo que se naturaliza em paiz estrangeiro;

2.º logo que, sem licença do Rei, aceita emprêgo, pensão, ou condecoração de outro Governo.

Mas torna a ser portuguez; no 1.º caso, vindo outra vez estabelecer domicílio em Portugal, declarando legalmente que quer ser portuguez de novo; no 2.º caso, obtendo o perdão do Rei, e vindo estabelecer domicílio em Portugal.

Art. 4.º — A nação portugueza é o complexo de todos os portuguezes: é livre e independente: as suas vontades, constitucionalmente expressas por seus representantes, são as suas únicas leis.

§ Unico. As leis em vigor, ~~as outras~~ disposições tidas como leis em vigor na época da promulgação da presente Constituição, e que não a contrariem, seja qual for a origem dellas, são declaradas leis vigentes tão inteiramente como nellas se contem.

Art. 5.º — A religião cathòlica romana é a religião pública dos portuguezes: o seu culto, modesto, simples e puro, será regulado por uma lei no que não pertencer ao dogma. Todas as outras religiões são igualmente permittidas e protegidas; mas terão culto particular em templos que o não parêçam por fora.

Art. 6.º — O seu governo é representativo e monárquico hereditário: as Côrtes e o Rei são os representantes da nação.

Art. 7.º — A nação portugueza reconhece, como delegações suas, tres poderes politicos, que são: o poder legislativo, o poder executivo, o poder judicial.

Art. 8.º — O poder legislativo está nas Côrtes e no Rei, e é exercido por ellas, pelos ministros d'elle, e por elle com a sanção e promulgação das leis: o poder executivo está no Rei, e é exercido pelos ministros d'elle: o poder judicial está nos juizes, e é por elles exercido sob o regime policial do Rei praticado pelos seus ministros sem ingerencia alguma nos julgamentos de qualquer naturêza que sêjão. Estes tres poderes são entre si independentes; mas os ministros e os juizes são responsaveis por tôdos os seus actos na conformidade da Constituição e das leis.

TITULO 2.º

Do poder legislativo, sua forma e attribuições, e de quanto a elle em geral se refere.

CAPITULO 1.º

Formação e attribuições de ambas as Câmaras e suas discussões.

Art. 9.º — As Côrtes constão de duas Câmaras, que são; a Câmara dos pares, e a Câmara dos deputados: ambas as Câmaras são electivas por eleição directa mas variada em cada uma dellas.

Art. 10.º — A Câmara dos pares compõe-se de cinquenta membros. Vinte e cinco d'elles sêão eleitos dentre e pelos titulares que existem ou venhão a existir, e que tenham de annual rendimento liquido por bens de raiz, calculado pelos impostos directos que pagarem, quatro contos de reis: estes titulares chamão-se

— *grandes do reino* —, e nesta classe entram os filhos e netos do Rei; mas sò votão e são votados tendo a idade de cidadão (Art. 12.º). Passados dez annos depois de estar em vigor a Constituição, nenhum titular, filho ou neto do Rei será grande do reino, nem votará, nem será votado sem ter completado alguma fracção dos estudos superiôres. (Art. 75.º). Os outros vinte e cinco membros serão eleitos pêla Câmara dos deputados dentre os cidadãos Portuguezes que, tendo o rendimento líquido annual exigido nos deputados (Art. 13.º), estêjam em alguma das cathogorias seguintes:

1.ª *Série.*

Com cinco annos de bom e effectivo serviço como taes.

- 1.ª Cathogoria. — Arcebispos e bispos.
- 2.ª — Juizes do supremo tribunal de justiça e presidentes dos tribunaes de 2.ª instancia.
- 3.ª — Officiaes generaes de terra e mar.
- 4.ª — Os que tenham sido **embaixadores** ou ministros plenipotenciários.
- 5.ª — Os que tenham sido **ministros** da corôa.
- 6.ª — Os que tenham sido **governadores** geraes nos districtos ultramarinos.

2.ª *Série.*

Com dez annos de bom e effectivo serviço como taes.

- 7.ª — Deputados actuaes e pretêritos.
- 8.ª — Procuradores da corôa e fazenda.
- 9.ª — Membros da câmara de contas.

- 10.^a — Chefes das grandes repartições do reino.
- 11.^a — Juizes dos tribunaes de 2.^a instancia.
- 12.^a — Lentes de quaesquer dos ramos da instrucção superior.
- 13.^a — Os que fôrem ou tiverem sido administradores geraes dos districtos continentaes.

3.^a Série.

- 14.^a — Os que tiverem , por escriptos relevantes , ou por importantes descobertas , concorrido para o apperfeiçoamento ou das sciencias , ou das lettras , ou das artes.

4.^a Série.

- 15.^a — Os que pagarem de contribuição directa annualmente seiscentos mil reis ou mais.
- 16.^a — Os que tiverem cincoenta contos de reis ou mais empregados em qualquer ramo de utilidade pública.

§ 1.^o Em qualquer das cathègorias dà preferènciã a maior capacidade mental manifestamente demonstrada.

§ 2.^o Os individuos em qualquer das cathègorias da 1.^a sèrie , tendo serviços em qualquer das outras dessa mêmã sèrie , juntão-nos tôdos proveitosamente : o mesmo succede aos incluídos nas cathègorias da 2.^a sèrie

§ 3.^o Os indivíduos incluídos em qualquer das cathègorias da 1.^a sèrie , tendo serviços em alguma ou algumas das cathègorias da 2.^a sèrie , juntão-nos àquelles , contando-se dois annos da 2.^a sèrie por um anno da 1.^a

§ 4.º Os pares eleitos pela Câmara dos deputados ficarão com honras de grandes do reino em quanto fôrem pares; e estas honras lhes ficarão vitalícias depois de terceira eleição.

§ 5.º O tratamento da Câmara dos pares é o de — *Senhores Pares do Reino.* —

Art. 11.º — A Câmara dos deputados nunca se comporá de menos de cem membros: serão elles eleitos immediatamente pêlos povos em número dobrado, entrando logo na Câmara a metade mais votada, e ficando a outra metade para substituir, pela ordem da votação de mais para menos, os que se impossibilitarem do effectivo serviço da Câmara. O que faz parte da Câmara, é *deputado effectivo*: o que está prompto para fazel-a, é *deputado substituto*.

§ 1.º A lei das eleições, que comprehenderá quanto disser respeito à eleição dos deputados e à eleição dos pares, determinará o modo e as bases destas eleições.

§ 2.º O tratamento da Câmara dos deputados é o de — *Senhores Deputados da Nação.* —

Art. 12.º — Tem voto na eleição dos deputados os portuguezes que fôrem cidadãos. São cidadãos os portuguezes que tiverem os quesitos seguintes:

1.º Vinte e cinco annos de idade completos;

2.º Rendimento annual liquido de duzentos mil reis ou mais por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego, calculado pêlos impostos directos que pagarem.

§ 1.º Exceptuão-se;

1.º Os escravos;

2.º Os libertos;

3.º Os dementes;

- 4.º Os que não souberem ler, escrever e contar;
- 5.º Os pronunciados em querella ou devassa, e os prêsos cumprindo sentença.

§ 2.º Não votão nesta eleição pôsto que cidadãos sejam;

- 1.º Os grandes e os pares do reino;
- 2.º Os que não tiverem domicilio ou actual residenciã de seis mêzes ou mais no consêlho aonde a eleição se fizer.

Art. 13.º — Podem ser votados para deputados os cidadãos que tiverem os quesitos seguintes;

- 1.º Rendimento líquido annual de seiscentos mil reis ou mais por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego, calculado pêlos impostos directos que pagarem;
- 2.º Naturalidade ou residência seguida de um anno ou mais no districto administrativo aonde fôrem eleitos;
- 3.º Não sêrem na actualidade da eleição nem ministros da corôa, nem pares do reino.

Art. 14.º — Tôdo o cidadão que não for votar segundo a lei na eleição dos membros de qualquer das Câmaras, não tendo sido antes dispensado pêla respectiva assemblea eleitoral à vista de razões urgentissimas, a lei das eleições lhe imporã uma multa a beneficio de um dos pios estabelecimentos, e proporcional aos impostos directos que pagar.

Art. 15.º — O diploma de câda par, e o de câda deputado, consta da simples cópia da acta de sua eleição, assignada pêla mèsã da assemblea eleitoral correspondente: nesta acta não hà outorga de poderes, nem restricções, nem clâusulas.

Art. 16.º — O poder legislativo exerce de pleno

direito, pêla Constituição e na conformidade della, a vontade nacional que sem reserva alguma lhe è commettida pêla nação: e exerce-a tão efficaç, ampla, exclusiva e validamente como a mêsmã nação por si a exerceria.

Art. 17.º — A acceitação do cargo de ministro da corôa faz perder o cargo de deputado, e suspende, durante o exercício de ministro, o cargo de par. Não se pode ser ao mêsmo tempo membro de ambas as Câmaras. O eleito par ou deputado não pode eximir-se dêste cargo se não por decisão da respectiva Câmara à vista de urgentíssimas razões por êlle allegadas.

Art. 18.º — O Rei dissolve e proroga uma e mais vêzes as Côrtes quando vê que assim o pede o incontestavel bem do estado, sendo referendados êstes decretos por tôdos os membros do ministério: mas de sorte que cãda sessão annual e ordinãria dellas ha de sempre abrir-se entre o primeiro de janeiro e o ultimo de fevereiro, e ha de sempre nêsse anno haver tres mêzes de sessão ordinãria, seguidos ou intervallados.

Art. 19.º — As sessões da abertura e do encerramento das Côrtes serão sessões geraes, reunidas nellas as Câmaras ambas, a dos pares à direita, a dos deputados à esquêrda: terão logar somente na Câmara dos deputados. O Rei as preside em pessoa, lendo-lhes um discurso adequado e preciso; ou commissiona em seu logar, e por um decreto, um dos ministros da corôa.

§ Unico. Pãra a dissolução das Côrtes um dos ministros vai a cãda uma das Câmaras comunicar-lhe o decreto desta dissolução pãra o cumprir na parte que lhe toca, e immediatamente o cumprirà. O mêsmo succederà pãra a prorogação estando ellas reu-

nidas: não o estando, o decreto será communicado à comissão permanente das Côrtes e publicado; e terá assim o seu devido effeito.

Art. 20.º — Reunem-se mais as Câmaras em sessão geral de Côrtes para tomarem o juramento dado à Constituição pelo Rei na sua ascensão ao throno, e pelo regente e regencia permanente na sua posse; assim como também pelo successor immediato, e pelo successor sub-immediato da corôa quando qualquer destes tenha chegado à sua maioridade. Sem este juramento nem o Rei, nem o regente, nem a regencia permanente exerce, como tal, poder algum politico.

§ Unico. A este juramento precede a lei especial pela qual são declarados taes o Rei, o regente, a regencia permanente, e os successôres da corôa.

Art. 21.º — Cada legislatura tem quatro annos: a única excepção desta regra é a dissolução das Côrtes. A reeleição pode ter logar para os membros de ambas as Câmaras. A sessão isolada de qualquer das Câmaras sem que a outra estêja igualmente aberta, é nulla; excepto as da Câmara dos deputados para a eleição dos pares nos dois últimos casos especificados no Art. 23.º, e no especificado no Art. 25.º O anno em que as Côrtes se dissolvem não entra na conta dos da legislatura ordinária das novas Côrtes, ainda que ellas durante elle se reunão.

Art. 22.º — No comêço de cada sessão annual elege uma das Câmaras eleje dentre si o seu presidente, vice-presidente, secretários e vice-secretários: eleje também tres membros em número dobrado para compôrem a comissão permanente das Côrtes, tres delles effectivos e tres substitutos, seguindo-se o que

pára a Câmara dos deputados fica determinado no Art. 11.º Estes seis membros elejem o seu presidente tirando-o de qualquer das Câmaras. Tòdos estes functionários são annuaes: mas se no correr da sessão faltarem elles em qualquer das Câmaras de sorte que os trabalhos não possam continuar, essa Câmara elegerá outros interinamente. Na sessão em que ambas as Câmaras se reunirem será presidente o presidente effectivo ou interino da Câmara dos pares; e secretários, um de cada Câmara.

Art. 23.º — Na sessão do último anno de cada legislatura, a Câmara dos deputados eleje os vinte e cinco pares de sua competencia para a legislatura seguinte: mas essa eleição terá logar no comêço da primeira sessão de Côrtes segundo a presente Constituição; assim como tambem o terá no comêço da primeira sessão depois que as Côrtes fôrem dissolvidas antes que tal eleição, se haja feito.

Art. 24.º — Não pode haver sessão em qual-quer das Câmaras sem que estejam presentes pelo menos os dois terços dos membros que a Constituição lhe attribue, sendo este o menor número por que qualquer votação se vença. O mesmo se entende para cada uma dellas quando se reunirem ambas em sessão geral.

Art. 25.º — No dia em que a Câmara dos deputados deixar de fazer sessão por lhe faltar mais do terço dos membros que a lei lhe assigna na commissão da Constituição, a mesa chamará os deputados substitutos precisos para immediatamente o preenchendo desde logo effectivos, perdendo o seu logar os deputados effectivos que faltarão assim. Acontecendo o mesmo na Câmara dos pares, a commissão permanentemente, existindo logo pela mesa desta Câmara, con-

para immediatamente a assemblea eleitoral dos grandes, e assim o participará à Câmara dos deputados, para cada qual dellas eleger os da sua competencia dentro do menor espaço de tempo possível: os que assim faltarem, perdem o seu lugar; os de novo eleitos locoparees effectivamente.

Art. 26.º — Os ministros da corôa podem entrar em todas as discussões públicas de qualquer das Câmaras, e entrarão naquellas para que fôrem chamados por qualquer das mêsmas Câmaras, assim como nas que versarem sobre proposta do ministério; pelo menos cada ministro nas que houver feito, ou outro em seu lugar. Também entrarão nas discussões secretas para que fôrem chamados, ou que elles requererem. Mas em nenhuma de tôdas essas discussões votão, nem presencião a votação.

Art. 27.º — O poder legislativo è o único que legisla: o poder executivo nada faz se não o que lhe encaregão a Constituição e as leis feitas em virtude della, e as anteriôres que não estêjam derogadas e que a não excêdam, ou que não se lhe opponhão: o poder judicial nada faz se não em virtude e segundo as leis harmonizadas com a Constituição.

Art. 28.º — Cada uma das Câmaras tem igual parte na iniciativa directa, por proposta de qualquer ou de vários dos seus membros, na confecção, na interpretação, na suspensão e na revogação das leis por discussão e votação: assim como a tem, pelos mêsmos modos, na accusação dos agentes dos dois outros poderes na conformidade da Constituição e das leis; e em tudo que tenda à inviolabilidade e segurança daquella e destas. O ministério tem nas leis iniciativa indirecta por proposta individual ou collectiva.

Art. 29.º — Mas é privativa da Câmara dos deputados a iniciativa;

- 1.º Sôbre impostos e recrutamentos;
- 2.º Sôbre a declaração do Rei, do successor immediato e do successor sub-immediato da corôa nas differentes vicissitudes que a êste respeito possam occorrer;
- 3.º Sôbre a declaração do regente, e sôbre a nomeação da regencia permanente, e do tutor do Rei menor;
- 4.º Sôbre o ascenso dado ao casamento da Rainha reinante, da successôra immediata ou da successôra sub-immediata da corôa, e sôbre a pessoa do espôso de qualquer dellas;
- 5.º Sôbre as propostas do ministério, que a mesma Câmara examinará e, se as julgar boas na generalidade pâta a nação, declarará iniciativas do ministério, as quaes nêsse caso seguirão os trâmites dados às iniciativas da mesma Câmara.

CAPITULO II.

Como se remedeia a discordancia entre os tres ramos do poder legislativo.

Art. 30.º — Quando as Câmaras discordarem entre si sôbre proposição de qualquer dellas, poderão propor-se e adoptar-se modificações: se ainda assim não concordarem, e a Câmara proponente instar pela vantagem que da sua proposição deve resultar à nação, formar-se-há uma commissão mista dupla de dez-oito membros, nove de cada Câmara e por ella eleitos: esta commissão elegerá um presidente escolhido

em qualquer das Câmaras, e decidirá se a proposição será rejeitada, approvada, modificada e como; o que elle decidir será tido como proposição das Côrtes.

Art. 31.º — Quando a Câmara dos deputados ou não declarar iniciativa uma proposta do ministério, ou já depois de iniciativa a não approvar, ou a modificar contra o sentir d'elle, e o ministério instar pela vantagem que da sua proposta deve resultar à nação, formar-se-há uma commissão mista tripla de dezoito membros, seis de cada uma das Câmaras e por ella eleitos, e os seis ministros da corôa: esta commissão elegerá presidente tirando-o de qualquer das Câmaras; e o que ella decidir, annullará ou vigorará a proposta do ministério, ou na declaração de iniciativa para entrar em discussão na Câmara dos deputados, ou na approvação como proposição para passar à outra Câmara.

Art. 32.º — Quando a Câmara dos pares se oppuzer à proposição do ministério, e não poderem concertar-se modificações, instando elle pela vantagem que da sua proposição deve resultar à nação, terá logar a commissão mista tripla especificada no Art. 31.º; e o que ella decidir, annullará ou vigorará a proposição do ministério, sendo neste último caso tida como proposição das Côrtes.

Art. 33.º — Quando uma proposição das Côrtes for à sancção do Rei, este lha dará ou lha negará dentro de quinze dias. No primeiro caso por-lhe-há em cima por seu próprio punho a clausula seguinte — Sanciono. Palacio de (nome da residencia do Rei e data). Rei. — : esta clausula será assignada por todos os membros do ministerio, sendo tal assignatura neste caso um simples reconhecimento da clausula do

Rei. **Immediatamente à sanção promulgar-se-há a** proposição das Côrtes como lei do estado pelo modo seguinte — **F.** . . . (o nome e título do Rei). **Fago** saber a tôdos os Meus Sùbditos que as Côrtes e Eu **Queremos e Decretamos a Lei seguinte** (a **íntegra da lei em suas disposições tão somente**) . . . **Mando** por tanto a tôdos a quem pertencer o conhecimento e execução da referida Lei, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. **O Ministro** (o da repartição competente) . . . a faça imprimir, publicar, correr e vigorar. **Palacio de . . .** (nome da residencia do Rei e data). **Rei.** — Referendada pelo competente ministro, também aqui sò como reconhecimento da assignatura do Rei, e sellada com o scello real, guardar-se-há o original na Tôrre do Tombo, registando-se também no arquivo das Côrtes; e impressa a lei se incorporará na collecção das leis sob o número próprio. Também ficarão na Tôrre do Tombo, e serão registados no arquivo das Côrtes os originaes das proposições das Côrtes com a sanção do Rei, ou com a sua negação.

Art. 34.º — Quando o Rei negar a sanção à proposição das Côrtes, por-lhe-há em cima por seu próprio punho, — **Volte às Côrtes. Palacio de** (nome da residencia do Rei e data) . . . **Rei.** — Esta cláusula será assignada por todos os membros do ministério como simples reconhecimento della. Se ambas as Câmaras instarem de accôrdo em que essa proposição das Côrtes deve ser vantajosa à nação, terá lugar a commissão mista tripla especificada nos **Art. 31.º e 32.º**, mas somente para approvar ou desapprovar a proposição a que a sanção foi negada: se a desapprovar não rejeitada: se a approvar, o Rei lhe dará a

sanção, e será ella promulgada como lei do estado pelo modo e dentro do praso ordinários.

Art. 35.º — Quando, depois da segunda legislatura pela actual Constituição, qualquer das Câmaras ou o ministerio achar que esta carece de reforma em algum ou alguns de seus artigos, fará a proposição que versará somente sobre a necessidade da designada reforma, e terá o seguimento como o de outra qualquer proposta para chegar a ser lei. Se então essa necessidade não for declarada por lei, a questão parou, e não poderá ser restabelecida se não mettendo-se de permeio quatro legislaturas. Se a necessidade de tal reforma for declarada por uma lei, pode ser instaurada na legislatura seguinte: vencendo-se então nos tres ramos do poder legislativo, será a proposição reduzida a lei pela qual se fará effectivamente a reforma na Constituição, de que ficará fazendo parte essa lei com derogação do que por ella for derogado. Mas se nessa seguinte legislatura a questão de tal reforma não for instaurada, ou sendo instaurada não se vencer, parou, e não poderá ser restabelecida se não mettendo-se de permeio quatro legislaturas. A Constituição não admite em nenhum de seus artigos nem dispensa, nem alteração, que não seja por esta forma:

CAPITULO III.

Nexo dos ramos do poder legislativo entre si, e d'elles com a nação.

Art. 36.º — Incumbe à commissão permanente das Côrtes (Art. 22.º);

1.ª Vigiar nos intervallos das sessões se a Constituição e as leis são exactamente cumpridas,

ou se são infringidas, e d'isso dará parte circumstanciada e escripta a ambas as Câmaras, assim que haja começado a próxima sessão;

- 2.º Ordenar com a precisa anticipação a convocação das novas Côrtes ordinárias;
- 3.º Ordenar a convocação das novas Côrtes quando as anteriôres fôrem dissolvidas; de sorte que esta convocação de novas Côrtes seja ordenada no mesmo dia da dissolução das anteriôres, e que ellas se reunão antes de quarenta dias contados do dia daquella dissolução inclusivamente;
- 4.º Reunir as Côrtes em sessão extraordinária quando vir que assim o exige o bem do estado, ou quando o Rei lho exija.

Art. 37.º — A commissão permanente de Côrtes reunirá nomeadamente as Côrtes em sessão extraordinária assim que;

- 1.º O Rei abdicar positivamente a corôa, ou a vir que segundo a Constituição se entende que elle a abdicou chegando-se aos casos que pãra isso a Constituição marca (Art. 93.º);
- 2.º O Rei morrer ou se impossibilitar involuntariamente pãra governar;
- 3.º Apparecer consideravel fôrça interna que intentente contra a Constituição, contra o Rei, ou somente contra a ordem pública;
- 4.º Fôrças estrangeiras entrarem no território portuguez ou em seus portos, sem que seja em virtude de Tratados existentes, ou de uma lei especial.

Art. 38.º — Sempre que a commissão permanente das Côrtes, ou não for obedecida pontualmente nas

ordens que der pàra a convocação e reunião das Côrtes nos casos especificados nos Art. 36.º e 37.º; ou for nellas estorvada sêja por quem for; ou ella as não dê por omissão ou coacção; as câmaras municipaes, ou por si ou a requerimento dos povos, chamão immediatamente às armas a guarda nacional, e tôdos os mais portuguezes que nellas poderem pegar, ficando interinamente suspensa tôda a subordinação a quaesquer outras autoridades, e assim serão removidos à força de armas, e por quaesquer outras providencias que êste estado necessariamente reclame, tôdos os obstáculos que se oppozerem ao livre andamento da Constituição e das leis. Assim que se conseguir êste fim, tudo impreterivelmente passa à ordem legal anterior.

§ Unico. Somente nêstes casos, em que outro recurso legal não pode existir, e somente por êste modo, è permittida a resistencia por força armada, e a insubordinação às autoridades constituídas.

CAPITULO IV.

Regime geral das Câmaras das Côrtes e prerogativas de seus membros.

Art. 39.º — Os negòcios decidem-se em qualquer das Câmaras, nas commissões mistas e na commissão permanente pêla maioria absoluta de votos dos membros presentes nessa sessão. O presidente de qualquer dellas sò vota em caso de empate. As commissões mistas e a commissão permanente das Côrtes não fazem sessão sem estar presente o número total dos membros que a Constituição lhes assigna. A commissão permanente, faltando-lhe nos intervallos das sessões das Côrtes algum membro, e não tendo substitu-

tes que chame, nomeará adequada e provisoriamente dentre os pares e dentre os deputados o número necessário para se preencher: estando dissolvidas as Côrtes, nomeal-os-há dos que ultimamente fôrão pares e deputados.

Art. 40.º — As sessões de qualquer das Câmaras, das Câmaras reunidas, das commissões mistas, e da commissão permanente, serão públicas: e só serão secretas aquellas ou das Câmaras, ou das commissões mistas, que qualquer das Câmaras, ou o ministério em assumptos de proposta sua, julgar que o devem ser por summa precisão do bem do estado. Na commissão permanente serão secretas só aquellas sessões que ella pelo mêsmo motivo julgar que o devem ser.

Art. 41.º — Se a sessão de Côrtes findar antes da decisão de qualquer das commissões mistas, ou antes desta se formar, o objecto fica reservado para ter o seu andamento no começo da sessão seguinte da mesma legislatura: o mêsmo succederá se o Rei negar a sanctão ou depois da sessão de Côrtes, ou a tempo de já nessa sessão não poder ter logar a commissão mista. Se a sessão que se seguir, pertencer a outra legislatura, o objecto terá nova revisão nas Côrtes que o farão seu e o decidirão como julgarem.

Art. 42.º — Uma lei especificará como as Câmaras das Côrtes communicarão entre si; cada uma dellas ou ambas com o Rei; o Rei com qualquer dellas ou com ambas; as diversas commissões mistas com as Côrtes; a commissão permanente das Côrtes com ellas e com o Rei e outras autoridades; o Rei e outras autoridades com a commissão permanente das Côrtes. Outra lei tragará o regulamento interno das Côrtes reunidas ambas as Câmaras, das diversas commissões

nistas e da comissão permanente. O regulamento interno de cada Câmara será por ella feito e, quando convier, alterado.

Art. 43.º — Os membros de qualquer das Câmaras e os ministros da corôa são inviolaveis pelas opiniões que proferirem no exercício de suas funções legislativas.

Art. 44.º — Nenhum par, deputado ou ministro da corôa pode ser prêso por autoridade alguma, salvo em flagrante delicto de pena capital. Nêste caso a respectiva Câmara, estando reunida, suspende logo o par ou deputado assim prêso; e declarado reo por sentença, demitte o; e a Câmara dos deputados declara suspenso o ministro, e o Rei faz substituí-lo por outro provisória ou effectivamente. Não estando reunidas as Côrtes, a comissão permanente dellas faz a este respeito o officio de qualquer das Câmaras.

Art. 45.º — Se algum par, deputado ou ministro for pronunciado, o juiz, suspendendo tôdo o ulterior procedimento, dará conta à sua respectiva Câmara, sendo o pronunciado par ou deputado; e sendo ministro, a dará à Câmara dos deputados. Qualquer das Câmaras decidirá competentemente se o pronunciado deve ser ou não suspenso de suas funções durante o processo.

Art. 46.º — O exercício de qualquer emprêgo cessa interinamente em quanto durarem as funções de par, ou de deputado, ou de ministro: a este ultimo tambem fica suspenso o ordenado daquêlle emprêgo em quanto receber o de ministro. Contudo, se convier ao bem público que qualquer par ou deputado sirva simultaneamente na Câmara e no outro emprêgo que tenha, a respectiva Câmara o poderá determinar.

Art. 47.º — O Rei não pode conferir emprêgo algum nem aos pares, nem aos deputados sem auctorisação da respectiva Câmara; excepto os cargos que por escala lhe competirem na sua carreira, ou por concurso em qualquer dos ramos da Instrucção Pública. Em caso nenhum ficarão elles nas circumstancias de não podêrem comparecer na reunião das Côrtes, quer ordinárias quer extraordinárias, sem que igualmente a respectiva Câmara o faculte.

Art. 48.º — As funções de par e de deputado são gratuitas: mas ser-lhes-hão pagas convenientemente as viagens de ida e volta. Contudo, se succeder que os povos achem que um cidadão por sua não vulgar capacidade os deve representar em Côrtes, pôsto não possuir o rendimento que para tal fim a Constituição lhe assigna, e votarem nêlle com esta clausula expressa, e elle obtiver no primeiro escrutínio o numero de votos bastante para ser deputado effectivo, e a Câmara dos deputados concordar com esta votação, tomará o eleito assento na Câmara, e pelo Thesouro Público se lhe pagará desde logo uma pensão em prestações mensaes da quantia que, junta ao rendimento possuido por elle, perfaga a quantia de seiscentos mil reis annuaes, isto até que o Rei lhe confira segundo as leis um emprêgo que renda não menos de seiscentos mil reis. E se a Câmara dos deputados achar que um cidadão incluído em algumas das cathogorias marcadas no Art. 10.º, mas não tendo a renda sufficiente, deve ser par em rasão da sua grandissima capacidade ou relevantissimos serviços, e votar nêlle com esta clausula expressa, e elle obtiver no primeiro escrutínio o numero de votos bastante para ser par, e a Câmara dos pares concordar com esta votação, to-

para o eleito assento na Câmara, dando-se-lhe o mesmo e do mesmo modo que acima se determinou para o deputado em iguaes circumstancias.

TITULO III.

Do poder executivo, sua forma e attribuições, e de quanto a elle em geral se refere.

CAPITULO I.

Forma e attribuições do poder executivo.

Art. 49.º — O Rei, como possuindo o poder executivo, tem as seguintes attribuições exercidas por seus ministros e referendadas por aquêlle dentre elles a cujo ministério pertencer a medida e pêla qual se responsabilise êsse ministro.

- 1.ª Prover tôdos os cargos públicos, ecclesiásticos, diplomáticos, civis, judiciaes, militares de mar e terra, e commerciaes, e suspender do exercício dêlles, tudo pêla forma determinada nas leis; e demittir quando convier os empregados que pêlas leis fôrem declarados *commissionários*;
- 2.ª Dirigir todas as negociações com as potencias estrangeiras, dependendo a ratificação dos Tratados, quaesquer que elles sejam, da authorisação dada por leis especiaes;
- 3.ª Declarar a guerra e fazer a paz, participando às Côrtes em occasião opportuna quanto a êste respeito se referir aos interesses e segurança do estado;
- 4.ª Conceder cartas de naturalisação, na conformidade da lei;

- 5.ª Conceder, na conformidade das leis, em remuneração de relevantes serviços feitos ao estado, títulos que serão sempre hereditários quando o herdeiro possuir o annual rendimento liquido exigido para os titulares grandes do reino no Art. 10.º, e a ordem portugueza do mèrito em seus diversos grãos (Art. 151.º; propor às Côrtes, pêlos mêsmos motivos, pensões ou outros prêmios pecuniários ou equivalentes, que sò por leis especiaes e dêste modo podem ser conferidos. Os motivos destas concessões serão exarados nas respectivas leis, decretos e diplomas.
- 6.ª Decretar instrucções e regulamentos adequados à bôa execução das leis;
- 7.ª Decretar a partilha das contribuições directas, que disporer a competente lei annual, pêlos districtos administrativos conforme os rendimentos de cada um; e a applicação dos fundos e rendimentos destinados pelas leis aos vários ramos do serviço publico;
- 8.ª Dirigir tôdas as partes do serviço publico segundo as leis;
- 9.ª Prover a quanto for concernente à segurança interna e externa, empregando a força pública de terra e mar na forma da Constituição e das leis;
- 10.ª Perdoar e moderar circunspectamente as penas impostas por sentença, quando êsse perdão e essa moderação concôrrão para o melhoramento dos costumes, e não animem a incorrigibilidade;
- 11.ª Conceder amnistia, ampla ou restricta, quan-

do e segundo o peção as circunstâncias do estado.

CAPITULO II.

Ministério, sua forma, funções e responsabilidade.

Art. 5.º — Haverá seis fracções do ministério, pertencendo a cada uma um ministro da corôa e uma secretaria. Cada fracção do ministério será designada pelo nome de — ministério d . . . (o nome do destino que tiver) . . . Estas seis fracções são as seguintes:

Ministério do interior e relações estrangeiras;

Ministério do ultramar;

Ministério da justiça e segurança pública;

Ministério das finanças;

Ministério da guerra;

Ministério da marinha.

As leis designarão meudamente os negócios pertencentes a cada um destes ministérios; as divisões e subdivisões de cada secretaria; a forma do diploma pertencente a cada série de negócios; o regimento do consêlho de ministros.

Art. 51.º — Nenhum dos actos do Rei, regente ou regencia serão nem válidos, nem cumpridos sem a referenda do competente ministro ou ministros: o que sem ella os cumprir, è reo de alta traição.

Art. 52.º — Os ministros são responsaveis;

1.º Por traição;

2.º Por concussão; por peita e suborno, mais aggravantes nas eleições;

3.º Por abuso de autoridade mormente na suspensão das garantias individuaes;

4.º Por falta de observancia da Constituição e das leis;

5.º Por qualquer dissipação dos bens públicos.

Art. 53.º — Uma lei especificará a natureza destes delictos: e no entanto que ella se não faz, servem por ella as leis existentes. Qualquer das Câmaras das Côrtes forma a accusação que vale de corpo de delicto e a remette ao juiz de direito da 1.ª instancia do consêlho do réo, sendo êste considerado dèsde logo como demettido. O juiz dà andamento ordinário ao processo com a única differença que o juri tanto de pronuncia como de sentença, terá dobrado o nũmero dos jurados. A 2.ª instancia destes processos será o supremo tribunal de justiça pleno com outro igual nũmero de vogaes tirados da relação dêsse districto judicial. Uma commissão da Câmara accusadôra faz nêstes processos as vêzes de delegado e de procuradôr régio.

Art. 54.º — O complexo dos ministros da corôa forma o consêlho de ministros, que è o consêlho nato do Rei: o presidente e secretário dêsse consêlho são dois dos ministros que o Rei nomeia à sua vontade; e o presidente deixa a cadeira da presidencia ao Rei quando êste preside às sessões do consêlho.

Art. 55.º — Cada ministro entende geral e exclusivamente, sob a autoridade e vista do Rei, nos negócios do seu respectivo ministério, pêlos quaes êlle sò se responsabiliza: pode demittir-se quando lhe convenha sem que por isso em nada se exima da responsabilidade do que houver feito; nem della o salva em caso algum a ordem do Rei, vocal ou por escripto.

Art. 56.º — Entende o consêlho de ministros, sob a autoridade e vista do Rei, nos negócios seguintes, pêlos quaes è solidariamente responsavel:

1.º Na dissolução e prorogação das Côrtes;

2.º Na direcção de tôdos os negócios estrangeiros

importantes, mormente declaração de guerra e ajuste de paz;

3.º Na suspensão das garantias a seu cargo;
(Art. 139.º)

4.º Em tudo que se referir à segurança interna e externa;

5.º No perdoar e moderar as penas aos condemnados por sentença;

6.º Na concessão de amnistias.

§ 1.º Nenhum ministro fará proposta de lei que não seja approvada pêla maioria do consêlho, que fica obrigada a sustental-a nas Câmaras.

§ 2.º Tôdas estas resoluções constarão das actas do consêlho. O decreto da dissolução e prorrogação das Côrtes; o da suspensão das garantias a cargo do govêrno; o da amnistia serão referendados por tôdos os ministros.

Art. 57.º — Não podem ser ministros da corôa; o príncipe real; o príncipe de Gôa; os infantes; os estrangeiros pôsto que naturalisados.

CAPITULO III.

Fazenda pública, bases de sua arrecadação, distribuição e fiscalisação.

Art. 58.º — Ninguém è isento das contribuições directas, que serão proporcionadas às despêsas publicas e aos rêditos de cada um, seja qual for a natureza dêlles.

Art. 59.º — O ministro das finanças, que se encarrega de tôda a fazenda do estado, havendo recebido dos outros ministros os orçamentos parciaes de suas repartições, appresenta cada anno às Côrtes um

orçamento geral de tôdas as despêzas para o anno seguinte; o balanço de tôdas as contribuições e rendas públicas; e o balanço da receita e despêsa do estado no anno antecedente.

Art. 60.º — Uma lei designa e constitue cada anno as contribuições directas e autorisa as indirectas, somente para o anno seguinte, à vista do orçamento, balanços e saldos que appresenta em Côrtes o ministro das finanças: passado o praso dessa lei, ficão dissolvidas e extinctas essas contribuições se não são por outra lei e a tempo constituídas e autorizadas de novo.

Art. 61.º — As leis determinarão o modo de arrecadação e de dispendio de tôdas as rendas públicas.

Art. 62.º — Haverá um tribunal de fiscalisação de tôdas as rendas públicas, de tôdas as suas applicações e de tôdas as transacções que com ellas se fizerem: chamar-se-lhe-há — *Câmara de Contas*: — compor-se-há de sete membros que o Rei escolherá, pelo ministério do interior, sôbre uma lista tripla appresentada pela Câmara dos deputados, constando de cidadãos os mais conspícuos por seu saber e serviços no ramo de finanças.

Art. 63.º — A câmara de contas è um côrpo permanente entre as Côrtes e o govêrno: elege dentre si e annualmente o seu presidente: fiscalisa, registra, rubrica e em nada impede tôdos os actos financeiros do govêrno; quer sejam empréstimos ou impostos directos ou indirectos, todos elles depois de autorizados por lei; quer arrecadações, quer distribuições, ou outros quaesquer; sem o que não serão elles nem obedecidos, nem válidos; e delles dão por escripto conta circunstanciada à Câmara dos deputados na occasião em que o ministro das finanças lhe appresenta o orga-

mento, balanços e saldos, com os quaes deve perfeitamente conferir a mencionada conta. Tôdas as repartições públicas, quaesquer que sêjão, lhe darão as explicações a respeito da fazenda pública, e de quanto lhe for relativo, que por ella lhes fôrem requisitadas.

Art. 64.º — As Côrtes podem consultal-a em tôdos os objectos de finanças; e pãra seu esclarecimento poderão chamal-a às suas respectivas commissões de fazenda, e mêsmo mandal-a syndicar por especiaes commissões suas. O govêrno, pêlo ministério do interior, tem sôbre ella o regime policial somente sem ingerencia alguma em suas funcções: qualquer dos ministérios pode consultal-a no que entender que ella lhe pode ser util. Uma lei marcará o seu regimento, empregos subalternos, vencimentos e o mais que necessário for.

Art. 65.º — Os êrros e crimes de officio dos membros da câmara de contas, são processados como os dos ministros da corôa. (Art. 53.º)

CAPITULO IV.

Administração dos districtos e suas subdivisões.

Art. 66.º — O território de Portugal dividir-se-á em dezassete districtos administrativos; nove, continentaes; oito, ultramarinos.

Os nove districtos continentaes são; Minho; Traz os Montes; Alta Beira; Baixa Beira; Alta Extremadura; Baixa Extremadura; Alto Alem-Tejo; Baixo Alem-Tejo; Algarve.

Os oito districtos ultramarinos são; Altos Açores; Baixos Açores; Madeira com Pôrto Santo; Ilhas de Cabo Verde com o fronteiro território da Africa; Angola com São Thomé e Príncipe, Cabinda, Mo-

Iembo, Ajudá; Moçambique com as Ilhas de Cabo Delgado; Gôa com Damão e Diu; Macão com Solor e Timor.

Nêstes dezassete districtos hã dôse cidades de primeira classe contadas pêla ordem seguinte: Lisboa; Gôa; Pôrto; Loanda; Braga; Angra; E'vora; Moçambique; Faro; Funchal; Ponta Delgada; Macao.

Art. 67.º — Cãda districto administrativo dividir-se-hã naquêlle nũmero de consêlhos que parecer bastante: uma lei designarã as demarcações dêstes districtos e consêlhos.

Art. 68.º — Cãda districto continental tem um administrador geral: a sua autoridade estende-se a tũdos os objectos de administração pública em seus districtos, com subordinação immediata ao govêrno. As leis marcarão a duração e os detalhes de suas funções.

Art. 69.º — Em cãda districto haverã uma junta de cidadãos elitos annualmente pêlos respectivos consêlhos do modo e no tempo que se elejẽem as câmaras municipaes dêlles. Esta junta auxiliarã o administrador geral no exercicio de suas funções. As attribuições das juntas dos districtos, o nũmero e duração de suas reuniões cãda anno, as relações entre ellas e os administradõ es geraes, e o mais que a êste respeito convier, serã tudo determinado pêla lei.

Art. 70.º — Em cãda consêlho haverã uma câmara municipal eleita directamente cãda anno pêlos cidadãos do mêsmo consêlho, a qual compete o govêrno econõmico público de tũdo êlle. O nũmero dos veriadõres, os detalhes de suas funções, a formação de suas posturas policiaes e fintas, a applicação de suas rendas, as suas relações com a junta do distri-

to, ~~com o~~ administrador geral e com o governo, e tudo o mais que a êste respeito convier será determinado por lei.

Art. 71.º — Nos districtos ultramarinos haverão governadôres geraes em vez de administradôres geraes: a sua autoridade, em rasão da distancia da sede do governo do reino, será uma ampla delegação do poder executivo designada convenientemente pêla lei, sendo tôda a precisa extensão, de sorte que objecto algum deixe de ficar-lhe subordinado ~~debaixo de sua~~ mais severa responsabilidade. Os cidadãos que fôrem providos em governadôres geraes dos districtos ultramarinos serão dos mais recommendaveis por seu saber e serviços: os seus provimentos serão por determinado tempo, sendo-lhes permittida a recondução. A lei marcará as graduações dêstes districtos pêlos seus grãos de importancia nos interesses e na representação do reino.

Art. 72.º — O governo fará visitar os districtos ultramarinos cãda quatro annos, e as mais vêzes que convier, por uma commissão composta de cidadãos de sua maior confiança por saber, serviços e probidade, a qual o informe presencialmente de tudo cujo conhecimento convênha a êlle e às Côrtes.

CAPITULO V.

Instrucção pública e suas divisões.

Art. 73.º — Haverã escolas de instrucção primária em que se ensine gratuitamente a mocidade do sexo masculino a ler, escrever e contar; o cathecismo das obrigações civis e religiosas; rudimentos de historia, geographia e desenho linear; os exercicios gymnás-

ticos accommodados à idade: também as haverá para a mocidade do sexo feminino aonde o mesmo ensinará com a differença de serem os exercicios propriamente gymnásticos substituidos por cozer, fiar e bordar. O numero destas escolas será de sorte que ninguém em povoado possa deixar de frequental-as o mais commodamente possível.

Art. 74.º — Haverá em cada capital de districto administrativo um lyceo em que se ensine a instrucção secundaria constando de tôdos os estudos preparatórios para a instrucção superior, e de amplas noções daquellas matérias especiaes de mais uso na sociedade.

Art. 75.º — Haverá naquellas localidades aonde melhor convier os differentes ramos da instrucção superior, já singulares, já pluraes, abrangendo as sciencias e as artes scientificas, tudo em relação à utilidade e glória da nação.

Art. 76.º — Toda a instrucção pública andarà sempre no grão de apperfeiçoamento em que se achar em as nações mais cultas; mas trabalhando sempre por augmentar esse apperfeiçoamento

Art. 77.º — Ao complexo das três instrucções, primaria, secundaria e superior, chama-se — *Universidade Portugêza* —: o seu govêrno reside em um consêlho electivo dentre e pêlos lentes da instrucção superior com um presidente, lente effectivo ou jubilado desta instrucção, nomeado pelo Rei com o titulo de — *Reitor da Universidade* —. Este consêlho reside junto do govêrno, a quem é immediatamente subordinado pelo ministêrio do interior: chama-se — *Conselho da Universidade* —. Os detalhes pertencentes à instrucção pública, o regimento do reitor e do

conselho, serão regulados por leis na conformidade da constituição.

Art. 78.º — Em cada conselho, junto e a cargo da respectiva câmara municipal, haverá uma biblioteca pública com rendas próprias para seu progressivo augmento.

CAPITULO VI.

Fôrça armada.

Art. 79.º — Todos os portuguezes são obrigados a pegar em armas pelo modo determinado na Constituição e nas leis, para sustentar a independencia, a integridade e a liberdade do paiz, e defendel-o de seus inimigos internos e externos.

Art. 80.º — Uma lei designa e constitue cada anno, e somente para o anno seguinte, a fôrça militar de mar e terra: passado o praso dessa lei, fica dissolvida e extincta aquella fôrça, se não è por outra lei e a tempo constituida de novo. As leis regularão a organização do exército e armada, suas promoções, vencimentos e disciplina. Toda a legislação criminal militar será reduzida a um código preciso e claro, redigido de baixo dos principios da Constituição.

Art. 81.º — A fôrça militar è essencialmente obediente: jamais se poderá reunir sem que lhe fêja ordenado pelas autoridades legítimas. Nos casos especificados no Art. 38.º a fôrça militar, qualquer que ella seja, fica de todo neutra e inactiva: o militar que transgredir esta disposição è reo de alta traição.

Art. 82.º — Ao poder executivo compete privativamente empregar a fôrça armada de mar e terra como lhe parecer conveniente a segurança e defesa do paiz.

Art. 83.º — O exército e armada de Portugal consta de todos os corpos e embarcações de linha portuguezas, seja qual for o districto do continente ou do ultramar aonde residão. Os corpos do exército, e as embarcações da armada revesar-se-hão, nas fracções que melhor se entender e em determinados turnos, do continente para o ultramar e do ultramar para o continente por bem entendida escala: exceptuão-se os corpos de sipaes, que devem ser formados de gente dos diversos districtos ultramarinos da Africa e da Asia e que não sahirão para a Europa; mas os officiaes destes corpos estão no quadro e escala geral dos officiaes de todo o exercito e se revesarão por todo elle conforme lhes couber pela escala; o mesmo se entende com todos os mais officiaes e empregados publicos que no ultramar servirem em diversos destinos.

TITULO IV.

Do Rei, dynastia actual e successão á corôa; da família real; do regente e regencias.

CAPITULO I.

Rei, dynastia actual e successão á corôa.

Art. 84.º — O Rei è inviolavel e sagrado: não tem responsabilidade alguma.

Art. 85.º — A SENHORA DONA MARIA SEGUNDA reina actualmente em Portugal, tendo succedido a seu pai o Rei Dom Pêdro Quarto.

Art. 86.º — Sua descendencia legitima succederá no throno segundo a ordem regular de primogenitura e representação, preferindo sempre a linha anterior ás posteriores; na mesma linha o grão mais pro-

limo ao mais remoto; no mêsmo grão o sexo masculino ao feminino; no mêsmo sexo a pessoa mais velha e mais moça; e em tôdo o caso o que não tiver embaraço physico ou moral ao que o tiver.

Art. 87.º — Terminada ou não havida esta descendencia, passará a corôa ao successor immediato, designado de antemão por uma lei, e buscado na descendencia do pai, e depois na do avô da Rainha reinante actual, com a única e perpétua excepção do ex-
infante Dom Miguel e sua descendencia que nunca poderão nem elle, nem nênhum dos membros della succeder na corôa: tudo conforme a ordem regular estabelecida no Art. 86.º Assim se procederá no futuro a respeito da successão de tôdos os outros Reis. Extinctas as linhas mencionadas, uma lei chamará ao throno a pessoa que mais convier aos interesses da nação.

Art. 88.º — Nenhum estrangeiro, pôsto que naturalisado sêja, succederá na corôa de Portugal.

Art. 89.º — O casamento da Rainha reinante, ou da successora immediata, ou da successora sub-immediata da corôa não se effectuará se não em virtude de uma lei. O marido da Rainha reinante nunca terá parte no govêrno; mas apparecerá sempre ao seu lado esquerdo quando ella desempenhar qualquer das funcções de realêza: chamar-se-há Rei logo que a Rainha tiver filho ou filha: até então será reputado em tudo como infante de Portugal.

Art. 90.º — O Rei, o successor immediato e o successor sub-immediato são maiores assim que completão dezoito annos; nunca antes.

Art. 91.º — Os títulos do Rei são: = F. . .
por Graça de Deus e pela Constituição da Monarchia

Rei de Portugal e Descobridor do Oriente. = O seu tratamento è = *Majestade Portuguesa* =

Art. 92.º — As autoridades inherentes ao livre arbítrio do Rei são:

- 1.ª Sanccionar as leis; (Art. 8.º, e 33.º)
- 2.ª Negar-lhes a primeira vez a sanção; (Art. 34.º)
- 3.ª Nomear e demittir os seus ministros;
- 4.ª Abdicar expressamente a corôa.

Art. 93.º — Entende-se que o Rei abdicou a corôa;

- 1.º Sahindo do continente do reino sem ser autorisado por uma lei;
- 2.º Exercendo autoridade que a Constituição lhe não confira expressamente, ou por outra via que não seja a de seus ministros de antemão reconhecidos pelas Côrtes ou pela commissão permanente de Côrtes;
- 3.º Recusando a sanção como leis àquellas proposições das Côrtes que, depois da sua primeira denegação, lhe forem apresentadas pela competente commissão mista tripla como irrecusaveis proposições das Côrtes e do ministério; (Art. 34.º)
- 4.º Recusando prestar o juramento à Constituição na sua ascensão ao throno. (Art. 20.º)

Art. 94.º — A abdicção expressa do Rei será por elle feita, escripta e assignada, em duplicada, sem reserva e sem designação de motivos, do modo seguinte — *Abdico a corôa do reino de Portugal.* (designação do local e data) ... a *Rei*. — Escrevêl-a-há na sua residencia na presença de todos os ministros da corôa, e de uma commissão de ambas as Câmaras da

Côrtes estando ellas reunidas; e não o estando, **em** presença da comissão permanente das Côrtes. Depois da assignatura do Rei, assignal-a-hão os ministros e os membros de **qualquer** das comissões acima mencionadas. Um **exemplar** será guardado na Torre do Tombo, publicando-se e fazendo-se correr immediatamente: outro, depois de apresentado às Côrtes, será guardado no arquivo dellas. O Rei que assim abdicar **conserva** as honras de Rei, terá o título de — *Antigo Rei* —, e a metade da dotação que antes percebia: os filhos legítimos que depois tiver, serão reputados em tudo irmãos do Rei que lhe succeder ainda que o não sêjam.

Art. 95.º — A corôa vaga quando o rei morre, ou abdica expressamente, ou quando se entende que abdica chegando aos casos constantes do Art. 93.º

Art. 96. — A abdicção expressa ou entendida é irrevocavel, e inhabilita irremissivelmente o abdicante de uma forma ou de outra a succeder na corôa.

CAPITULO II.

Família real.

Art. 97.º — O successor immediato da corôa terá o título de — *principe real de Portugal* —: o successor sub-immediato o de — *principe de Gôa* —: um e outro terá o tratamento de — *allêxa real* — Os mais filhos e netos do Rei terão o título de — *infantes de Portugal* —, e o tratamento de — *allêxa* — Todos os filhos e netos do Rei seguirão segundo as leis uma carreira do serviço público.

Art. 98.º — Quando, segundo a ordem da successão estabelecida no Art 86.º, sobrevier pessoa que

dêva antepor-se a um ou a outro successor actual, antepor-se-hà por uma lei, e êsse actual successor perde a qualidade, proes e título que tinha como tal.

Art. 99.º — Uma lei especial, logo que o Rei succeder no reino, lhe assignará, e à Raíña sua esposa, uma dotação correspondente à sua dignidade: o mêsmo se fará a respeito do marido da Raíña reinante. Este e a Raíña não reinante conservarão depois de viuvos essa mêsmo dotação residindo no reino, e a metade della se alli não residirem.

Art. 100.º — Tambem outra lei especial assignará alimentos proporcioneaes, segundo suas graduações, ao principe real, ao principe de Gôa e aos infantes. Quando qualquer dêstes últimos casar, uma lei especial lhe assignará uma determinada quantia como dote, recebido o qual cessão-lhe os alimentos que percebão.

Art. 101.º — Os alimentos e dotes mencionados nos artigos antecedentes serão pagos pêlo thesoiro público, e entregues a um mordomo responsaval e affiançado que o Rei nomeia pêlo ministêrio do interior; com o qual mordomo serão tratadas as acções activas e passivas concernentes aos interesses da casa real.

Art. 102.º — Uma lei designará os palácios e os terrenos que ficão pertencendo ao Rei actual e aos que lhe succedêrem; serão êlles conservados com a maior decencia à custa do thesoiro público.

Art. 103.º — Tòdos os emprêgos da casa real serão regulados por lei; e os que os servirem são empregados civis subordinados ao ministêrio do interior.

CAPITULO III.

Regente e regencias; tutor do Rei.

Art. 104.º — Durante a minoridade ou impedimento legal do Rei, governará o reino, como regente em lugar e em nome do Rei, o successor immediato maior: sendo este ainda menor, governará o successor sub-immediato maior: sendo este tambem ainda menor, governará uma regencia permanente composta de tres cidadãos designados por uma lei especial com exclusão de estrangeiros pôsto que naturalisados, sendo presidente o mais velho dos que então se nomearem. Tanto o regente como a regencia permanente terão toda a plenitude da autoridade do Rei.

Art. 105.º — Governando o reino, como regente, o successor sub-immediato, e chegar à sua maioridade o successor immediato, será regente este: governando a regencia permanente, e algum dos successores designados da corôa chegar à sua maioridade, será elle regente. Este Artigo e o precedente referem-se ao Art. 20.º

Art. 106.º — Quando o regente se impossibilitar, se demittir ou morrer, succeder-lhe-hà o successor que se lhe seguir: não o havendo, ou não estando este em estado legal, succederà a regencia permanente: quando o mêsmo accontecer a esta regencia permanente, succeder-lhe-hà outra regencia permanente; tudo segundo o mêsmo Art. 20.º

Art. 107.º — Quando um membro da regencia permanente se impossibilitar, se demittir ou morrer, toma o seu lugar o presidente da commissão permanente de Côrtes: accontecendo o mêsmo a outro membro, toma o seu lugar o procurador geral da corôa:

acontecendo o mesmo ao outro membro, toma o seu lugar o diocesano de Lisboa até que uma lei preencha, o mais breve possível, o membro ou membros da regencia que faltarem. Os membros interinos da regencia permanente assim nomeados pela Constituição, se apresentarão na regencia, immediatamente o seu caso occôrra, sem outro algum chamamento.

Art. 108.º — Entende-se que o regente, a regencia permanente ou qualquer dos membros della se demitem, nos quatro casos designados para a entendida abdicção do Rei no Art. 93.º A demissão voluntaria do regente, da regencia ou de qualquer dos membros della, terá logar com as formalidades do acto da abdicção expressa do Rei segundo o Art. 93.

Art. 109.º — Immediatamente à impossibilidade, à morte, à abdicção formal ou entendida do Rei; à impossibilidade, à morte, à demissão formal ou entendida do regente ou da regencia permanente, a commissão permanente das Côrtes convoca a regencia provisional composta do presidente da mesma commissão permanente, que será tambem o presidente desta regencia, do diocesano de Lisboa, do procurador geral da corôa, do general das armas da côrte e do presidente da câmara municipal de Lisboa, ou dos que fizerem as vêzes de qualquer destes.

Art. 110.º — A regencia provisional não se demitte formalmente: governará o reino até que o Rei, regente ou regencia permanente haja prestado em Côrtes o juramento de que trata o Art. 20.º, e tomado posse do governo. Sò è ella autorizada a manter o cêgo e segurança pública, e a exercer o poder legislativo dando a saneção às leis que declarem o Rei, o regente e a regencia permanente.

Art. 111.º — O regente e as regências são irresponsaveis no exercicio de suas attribuições constitucionaes; excepto a regencia provisional, se recusa a immediata sancção às leis de sua competencia: neste caso entende-se que ella se demitte, e è immediatamente substituida por outra composta dos que ficarão substituindo os que dantes a compunhão. Os membros que recusarão tal sancção perdem por isso os logares publicos que anteriormente servião, alem de responderem pella mais criminalidade que a tal respeito ~~ella~~ possa ser imputada.

Art. 112.º — O tutor do Rei menor será nomeado por uma lei, e dará juramento em Côrtes de bem cumprir este encargo: não será tutor do Rei nenhum da seus designados successôres.

TITULO V.

Bases do direito civil portuguez.

CAPITULO I.

Disposições geraes.

Art. 113.º — Ninguém pode ser obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa se não em virtude da lei. Nunca a lei tem effeito retroactivo; sabe-se em objectos omissos ou duvidosos na anterior legislação.

Art. 114.º — Todos podem manifestar suas opiniões fallando ou escrevendo, e publical-as pela imprensa ou de outro qualquer modo sem dependencia de censura; com tanto que respondão pelo abuso desta liberdade nos casos e da forma que a lei determinar.

Art. 115.º — Todo o ataque ou insulto feito a qualquer dos cultos religiosos será reputado ataque ou insulto feito à ordem pública.

Art. 116.º — A casa de qualquer não poderá ser entrada de noite se não em consequencia de reclamação feita de dentro, ou para defendel-a de incendio ou inundação: de dia só será entrada nos casos e pelo modo que a lei determinar.

Art. 117.º — Ninguém será preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na lei, e nesses dentro de vinte e quatro horas, contadas na entrada da prisão sendo em cidades, villas ou outras povoações próximas aos logares da residencia do juiz; e nos logares remotos dentro de um praso razoavel que a lei marcará attenta a extensão do território; o juiz, em uma nota por elle assignada, fará constar ao reo o motivo da prisão, os nomes dos accusadôres e os das testemunhas havendo-as.

Art. 118.º — Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido à prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idônea nos casos em que a lei a admite: e em geral, nos crimes que não tiverem maior pena do que a de seis mêzes de prisão, ou desterro para fora do consêlho, poderá o reo livrar-se solto.

Art. 119.º — A excepção do flagrante delicto, a prisão não pode ser executada se não por ordem escripta da auctoridade legítima, mostrada ao reo no acto de ser preso. Se esta ordem for arbitraria, o juiz que a deu será punido com as penas determinadas na lei.

§ 1.º O que fica disposto acerca da prisão antes de culpa formada, não comprehende as leis militares

referidas à disciplina e recrutamento das forças de mar e terra; nem os casos que não sendo puramente criminaes, todavia a lei determina nêlles a prisão de alguém por desobedecer aos mandados da justiça, ou não cumprir alguma obrigação dentro de determinado praso.

Art. 120.º — Ninguém será sentenciado se não pêla autoridade competente em virtude de lei anterior, e na forma prescripta por ella: nenhuma autoridade avocarà as causas pendentes, nem as sustarà, nem farà reviver processos findos.

Art. 121.º — Nas causas crimes, a inquirição das testemunhas e tôdos os mais actos do processo depois da pronuncia, serão públicos: nas civeis, será público tudo.

Art. 122.º — Nas causas civeis, e nas crimes civilmente intentadas, poderão as partes nomear juizes árbitros: suas sentenças serão exetutadas sem recurso, se as partes assim o houverem convencionado.

Art. 123.º — Ficão abolidos tôdos os castigos e penas crueis e infamantes, de qualquer naturêza que sêjão: quem os ordenar e executar è reo de alta traição. Fica abolida a pena de morte e substituida pêla de vinte annos de trabalhos forçados nos districtos africanos; excepto nos casos de regicídio e de parricídio, e quando estiverem suspensos os direitos civis designados nos Art. 138.º e 139.º

Art. 124.º — Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente: assim, fica abolida a confiscação de bens, e a infâmia do reo não se transmittê a grão algum de parentêco.

Art. 125.º — A lei è igual pâra tôdos: protegerà, recompensarà e punirà segundo cada um merecer.

Art. 126.º — Todo o portuguez é admissivel aos cargos públicos de qualquer naturêza que sêjão, sem outra differença que não sêja a da sua aptidão e probidade, tudo segundo as escalas e maneiras que as leis prescreverão. As leis designarão tambem os cargos públicos que por utilidade pública possão ou devão ser accumulados.

Art. 127.º — E' garantido o direito de propriedade em tôda a sua extensão, na qual se inclue a dívida pública; isto è, a que o estado deve a particulares, ou provinda de contractos sêja de que naturêza fôrem, ou de serviços prestados a que estivesse marcado estipendio.

Art. 128.º — Mas se o bem público, legalmente verificado, exigir o uso e emprêgo da propriedade de qualquer individuo, será elle previamente indemnizado do valor della pelo govêrno. A lei marcará os casos em que terá logar esta única excepção, e dará regras para se determinar a indemnisação.

Art. 129.º — Nenhum gênero de trabalho, cultura, indústria ou commercio será prohibido se não se oppuzer às leis ou regulamentos policiaes.

Art. 130.º — Os autôres, os inventôres e os novos introductôres terão a propriedade de suas obras, de seus inventos e objectos novamente introduzidos, e dos productos dëlles: a lei lhes assignará um privilegio exclusivo temporario, ou remunerará os inventôres e introductôres em ressarcimento da perda que hajão de soffrer pela vulgarisação. Este privilegio e seus effeitos podem ser herdados e cedidos. As obras e inventos que se julgarem de proveito ou de glória para a nação, terão tambem um adequado prêmio.

Art. 131.º — São garantidas as recompensas con-

feridas por serviços feitos ao estado, sejam em que ranno forem; assim como o direito adquirido a ellas na forma das leis ou do costume.

Art. 132.º — O segredo das cartas é inviolavel: a administração dos correios, ou particulares a quem ellas fôrem confiadas, ficão responsaveis pbr qualquer infracção sôbre este objecto.

Art. 133.º — Os empregados públicos, quaesquer que elles sejam, são strictamente responsaveis pèlos abusos e omissões que praticarem no exercicio de suas funcções, e por não fazêrem effectivamente responsaveis os seus subalternos. A lei designará os grãos desta responsabilidade, e os emprêgos que são effectivos, quer permanentemente quer com praso fixo, ou commissionários: daquêlles não se pode ser suspenso ou sem audiencia, ou em casos urgentíssimos sem as mais circuncanciadas informações; e em caso algum não se demittido se não por sentença do poder judicial: a estes o governo suspende ou demitte segundo seu prudente arbitrio. (Art. 49.º)

Art. 134.º — Tôdos podem appresentar por escripto ao poder executivo e ao poder legislativo reclamações, queixas ou petições, e expor qualquer infracção da Constituição e das leis, requerendo perante a competente autoridade a effectiva responsabilidade dos infractôres.

Art. 135.º — São garantidos os soccorres públicos a quem por infancia, velhice ou doença não possa ganhar subsistencia com seu trabalho. Leis adequadas proporcionarão trabalho a tôdos que dèlle carecêrem pâra subsistirem. A mendicidade cessa dê ser permittida.

Art. 136.º — Em tôdas as repartições públicas,

quaesquer que ellas sêjão, serão os negócios expedidos por determinada escala; e às partes se dará conhecimento exacto do estado dêlles em prazos breves e marcados.

Art. 137.º — Tòdos os pagamentos serão feitos por escala impreterivel: os dos ordenados e seus semelhantes começarão pêlos mais pequenos, com a unica excepção do Rei que será pago antes de tòdos na ordem de taes pagamentos.

CAPITULO II.

Suspensão de alguns dos direitos civis.

Art. 138.º — Em casos urgentissimos de invasão poderosa de inimigos, ou de consideravel rebellião interna, uma lei especial poderá suspender, por determinado e rasoavel praso, com maiòr ou menòr restricção, um ou mais ou tòdos os direitos civis inclusos nos Art. 113.º, 114.º, 116.º, 117.º, 118.º, 119.º, 120.º, 127.º, 128.º, 129.º, 132.º.

Art. 139.º — O poder executivo poderá, não estando reunidas as Côrtes, e occorrendo as circumstancias do Art. 138.º, suspender, dos mêsmos modos alli indicados, os direitos civis inclusos nos Artigos de que o citado Art. 138.º faz expressa menção, precedendo consulta ou proposta da commissão permanente de Côrtes. Assim que as Côrtes se reunirem, o ministèrio lhes dará conta circunstanciada desta suspensão, a qual, durando ainda, fica dêse logo à disposição do poder legislativo.

TITULO VI.

Do poder judicial, sua forma e attribuições em geral.

CAPITULO UNICO.

Disposições gerais.

Art. 140.º — O poder judicial compõe-se de juizes de direito, e de juizes de facto, sendo êstes ultimos chamados — *jurados* — e a sua reunião — *juri* —. Os jurados pronunciação sôbre o facto, e os juizes de direito applicão a lei; isto tanto nas causas civeis como nas crimes. Nas causas tècnicas haverão juris especiaes correspondentes.

Art. 141.º — Sem se fazer constar que se tem intentado o meio de conciliação, não se começará processo algum civil, excepto nos casos que a lei designar: pâra êsse fim haverão *juizes de paz electivos* do modo e com as attribuições que lhes assignarem as leis. Nas causas crimes não hã conciliação: a policia correccional preparará o cõrpo de delicto.

Art. 142.º — Começarão os processos perante os juizes de primeira instancia, cujo numero a lei marcará; e alli seguirão até haver dêlles sentença. Pâra os julgar em segunda e última instancica, haverão as — *relações* — precisas. Não reconhece a Constituição outros ramos do poder judicial, excepto; 1.º os consêlhos de guerra do exêrcito e armada; 2.º os juizos das conservatórias estrangeiras reconhecidos actualmente por Tratados em vigor.

Art. 143.º — Na capital do reino haverá um — *supremo tribunal de justiça* — compôsto de membros tirados dos tribunaes extinctos e das relações por sua antiguidade. A êste tribunal compete: 1.º conceder

ou denegar revistas nas causas e pelo modo que a lei determinar; 2.º conhecer em segunda instancia dos delictos e erros que em seu officio commettèrem os ministros da corôa, os governadôres geraes dos districtos ultramarinos, os membros da câmara de contas, os primeiros empregados diplomáticos, os seus próprios membros e os das relações, seguindo-se nêstes processos o que fica determinado no Art. 53.º; com a declaração de que somente nos processos dos ministros da corôa, e dos membros da câmara de contas, o delegado e o procurador régio são substituidos por comissões das Câmaras legislativas; 3.º conhecer e decidir sôbre os conflictos de jurisdição e competencia entre os diversos ramos do poder judicial, ou de uns com outros, ou dëlles com outras autoridades.

Art. 144.º A legislação civil e criminal, em todas as suas partes, será reduzida a còdigos precisos e claros: outras leis regularão tudo o mais que pertencer ao poder judicial, e que não for expresso na Constituição ou se não contiver nos còdigos.

TITULO VII.

Artigos addicionaes.

CAPITULO UNICO.

Disposições várias

Art. 145.º — Quaesquer opiniões professadas, quaesquer votos emittidos em matérias politicas ou em resultado dellas, fôsse em que tempo fôsse até à promulgação da presente Constituição, ficão esquecidos como não existentes, e nunca mais servirão para se perseguir ninguem em sua vida, segurança ou fazenda.

Art. 146.º — A convenção de Évora-Monte será exactamente guardada com todos os que a não tem infringido. O governo aproveitará para o serviço público todos os portuguezes que, seguindo illudidos o partido da usurpação, nunca se arredassem da honra civil ou da disciplina militar: estes portuguezes não perderão o tempo que servirão o estado sob o legítimo governo.

Art. 147.º — Uma lei especial marcará o modo como se repararão as perdas individuaes soffridas em incontestavel razão da usurpação e de suas consequências, por virtuoso denodo em defesa das liberdades pátrias e do throno legítimo; de sorte que nem a fazenda pública, nem a dos particulares soffrão nesta reparação o menor desfalque.

Art. 148.º — A Constituição reconhece como dívida pública (Art. 127.º), toda aquella que tiver sido contrahida pelo estado fôrse em que tempo fôrse, e qualquer que fôrse o seu governo: toda essa dívida será adequadamente capitalisada e paga pelos modos que a lei designar.

Art. 149.º — As leis reduzirão o número dos empregos públicos ao que for strictamente necessário para o bom serviço da nação; e regularão os ordenados de cada um em attenção às posses da nação e aos que semelhantes empregos tem nas nações que sejão ao mesmo tempo as mais cultas e as mais económicas.

§. Os empregados que assim ficarem fora do quadro effectivo do serviço público, ficarão com meio ordenado e disponiveis, com preferência a quaesquer outros, para entrarem em logares vagos que o governo julgar iguaes ou analogos aos que elles tinham, e para os quaes se não poderão recusar, e recusando-se entende-se que se demitem do serviço.

Art. 150.º — Fica abolido o tráfico da escravidão para fora dos districtos africanos de Cabo Verde, de Angola e de Moçambique, aonde somente é permittido havêrem escravos. Adequados regulamentos, moldados em uma lei especial, detalharão tudo que for relativo a escravos de sorte que fiquem combinados a caridade individual, e a segurança e prosperidade daquêlles districtos.

Art. 151.º — Criar-se-há uma ordem intitulada — *Ordem Portugueza do Mèrito* —. A lei lhe designará as insígnias e os grãos, e os relevantes serviços por que será conferida em seus grãos diversos. Ficão abolidas tôdas as outras ordens, qualquer que seja a sua denominação, para nunca mais se conferirem; mas continua a ser permittido o seu uso a tôdos que actualmente as possuem. No caso de algum dèstes ter feito serviços por que se dêva conferir a nova ordem portugueza do mèrito, poder-lhe-há ser concedida a requerimento seu, deixando então de usar a que ou as que tinha.

Art. 152.º — Haverá um monte pio dos empregados effectivos de certa ordem, seja qual for o ramo do serviço público a que pertenção: o seu cofre será separado do thesoiro público. Uma lei determinará quanto seja relativo ao bom complemento dèste objecto.

Art. 153.º — Tomar-se-hão restrictas contas de toda a despesa feita a cargo da nação em paizes estrangeiros com os emigrados e para preparar a expedição que veio ao Pôrto: assim como das sommas despendidas pela regencia da Terceira, pelo governo do regente e pelo da Rainha até à installação das Cortes constituintes; e também dos extravios que tiverem tido logar nos bens publicos ou nos reputados taes;

fazendo-se effectiva a responsabilidade dos que fôrem julgados dissipadôres da fazenda do estado.

Art. 154.º — Logo que se promulgar a presente Constituição, ficarão dissolvidas as Côrtes constituintes que a fizerão; e organizado conforme ella o poder legislativo, cuidará immediatamente e sem cessar de harmonisar com ella a legislação existente, e de fazer tôdas as leis regulamentares que faltarem.

Art. 155.º — A presente Constituição será promulgada como outra qualquer lei; e será immediatamente jurada pêlo Rei em Côrtes, e por tôdos os serventuários do estado em suas respectivas repartições.

Art. 156.º — A Constituição quer que os poderes políticos lidem sempre o mais possivel pâra a nação portugêza ir, tôda ella, a par das mais civilisadas nações em tôdos os objectos do seu còmodo, de sua prosperidade, de sua glória e de sua liberdade; e pâra concorrer com essas outras nações em melhorar progressivamente o bem-estar e a illustração do gênero humano.



ERRATAS.

Pag.	Lin.	Erros.	Emendas..
28	—	5 Instrucção Pública	— instrucção pública
Idem	—	20 Thesouro Público	— thesoiro público
31	—	5 Art. 5.º	— Art. 50.º
37	—	15 recondução	— reconducção
56	—	6 combinados	— combinadas